

DNPM acusa: Igreja manipula dados sobre reservas

SANDRA CARVALHO

BRASÍLIA — São suspeitas as denúncias feitas pela Igreja e outras entidades ligadas aos índios de que as reservas indígenas têm sido englobadas em alvarás de autorização para mineração concedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Ao contrário do que se divulga, "as áreas indígenas, que se têm agigantando matreiramente, é que englobam os alvarás, todos outorgados na mais religiosa exatidão do código de mineração". A informação consta de documento reservado que o DNPM encaminhou ao Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, denunciando que os fatos relacionados à mineração no País têm sido manipulados por grupos ligados aos índios.

No documento, o DNPM indaga as razões que levam setores da Igreja e outras entidades "que pululam no universo da Funai" a promoverem manifestações em defesa do isolamento de 76 milhões de hectares da Amazônia como territórios indígenas, proibindo ali qualquer atividade econômica. Afirma o DNPM que, como essas áreas estão situadas em região cujo ambiente geológico indica a existência de ouro, diamante, columbita, tantalita, nióbio e muitos outros minérios raros, "o fato de o movimento ser encabeçado também pelo ex-Presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), Ro-

mualdo Paes de Andrade, torna tudo ainda mais suspeito".

O DNPM cita uma denúncia conjunta divulgada pelo Cimi, Conage e Associação Brasileira de Antropologia (Aba), em que o DNPM é responsabilizado pela concessão ilegal de 537 alvarás de autorização de pesquisa e 1.732 requerimentos, todos dentro de 77 áreas indígenas.

Sobre isto, o DNPM faz duas indagações: "por que a mineração em bases racionais deve ser considerada indesejável nessas áreas que, de qualquer forma, ainda são porções do território nacional?" e "porque razão as pesquisas efetuadas por empresas de mineração, com alvarás concedidos pelo DNPM e homologadas pelo CSN, são imediatamente englobados nas áreas indígenas toda vez que se descobre ouro ou diamante?"

Segundo o DNPM, existe um garimpo — o de Maria Bonita — perfeitamente legalizado na Funai — na área indígena de Gorotire (PA) — abrigando milhares de garimpeiros que dão cinco por cento da produção de ouro diretamente aos índios.

"Não resta dúvida do cinismo do documento destas entidades que na realidade não esconde os primeiros passos para a africanização da Amazônia, ou seja, a divisão daquela região em áreas isoladas, ocupadas por centenas de grupos tribais — hoje já se chamam de nações — de fácil domínio ideológico-sócio-econômico. Ali o acesso aos demais brasileiros seria vedado, iniciando-se pela mineração, único segmento econômico ca-

meando por colocar no mesmo balaio a mineração e o garimpo, e denegrir a primeira com as mazelas do segundo". Segundo o Departamento, "esta é sem dúvida a negação do desenvolvimento e a tentativa, a mais descabida possível para manter os verdadeiros zoológicos humanos para deleite dessas organizações" — prossegue o DNPM.

O órgão governamental acrescenta que estas entidades erram propositalmente — "pois é impossível ao ex-presidente da Conage ignorar o código de mineração nos seus aspectos mais elementares" — e, tendenciosamente, não mencionam que países como Canadá e Austrália, ao se proibir a garimpagem nos territórios dos índios, nelas se permitiu a mineração com a participação dos grupos tribais, proporcionando a estas comunidades vários benefícios sem ferir seus valores culturais".

O DNPM informa ter desenvolvido estudos com base no dossiê da Funai intitulado "Situação das terras indígenas — dados estimativos", onde estão apontadas algumas reservas em que a população sequer é conhecida, mas a área, mesmo assim, é logo estabelecida. Fato interessante, na opinião do DNPM, é que estão doados 76.357.411 hectares aos índios, perfazendo uma área total superior aos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina somados, a 75 por cento do Estado de São Paulo. "É, portanto, maior do que todo o nosso cone sul, só que totalmente improdutivo".



O diretor do DNPM, José Belfort

paz de deitar profundas raízes para a efetiva ocupação da Amazônia" — afirma, no relatório, o DNPM.

Ao se propagar a questão mineral como "monstruosa, genocida, deturpada ou destruidora dos costumes dos índios as entidades ligadas à causa indígena procuram, propositalmente, confundir a realidade, co-